



## ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, OCORRIDA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2021.

Aos dezesseis do mês de novembro de 2021, às 9h e 30min, por meio de videoconferência, reuniu-se o Comitê de Investimentos (Coinv) do Regime Próprio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Belo Horizonte RPPS-BH, convocado por correspondência eletrônica, com a presença dos seguintes membros: Gleison Pereira de Souza, Subsecretário de Gestão Previdenciária, Presidente do Comitê; Rodrigo André de Almeida, Assessor de Investimentos e Estudos Atuariais (Asies), acompanhado pelos membros da equipe Weverton Moura Diniz e Olavo Morais de Sá Wan Der Maas, como convidados; Yuri Max Barbosa Souto, representante indicado pela Secretaria de Fazenda; Thiago Augusto de Carvalho Cruz, representante indicado dos membros Não Governamentais do Conselho de Administração. Havendo quórum regimental, o Presidente deu início à reunião para alocação e/ou realocação dos recursos no mês de novembro. Rodrigo iniciou com a apresentação do Relatório de Investimento de Outubro/2021 e do Relatório de Compra no Mercado Secundário de Título Público (NTN-B) com vencimento em 2045 e 2050 referente ao mês de outubro. Ambos aprovados por todos os membros. Após, Rodrigo apresentou a proposta para a Política de Investimento de 2022 a ser levada para aprovação do Conselho de Administração. Entre os destaques: (a) ajuste na perspectiva macroeconômica; (b) alteração do limite máximo para aplicação em investimento no exterior de 5% para 10% da carteira do BHPrev, respeitando o limite previsto na Resolução 3.922/2010; e, (c) definição da meta de rentabilidade em 4,96% a.a. mais IPCA, baseado em estudo de adequação e convergência da rentabilidade futura esperada pelo RPPS-BH e Taxa Parâmetro definido na Portaria SPREV nº 6.132/2021. A proposta da Política de Investimento 2022 foi aprovada por unanimidade. Para as propostas de investimentos de Novembro/2021 foram considerados os seguintes parâmetros: (I) os fundos de instituições credenciadas junto ao RPPS BH; (II) os limites e diretrizes previstas na Política de Investimento 2021; (III) a análise da estratégia de alocação de cada fundo; (IV) o levantamento dos riscos de cada proposta conforme informações dos regulamentos e estudo de risco/ retorno e de desempenho, feito no Sistema Quantum; (V) o fluxo atualizado dos investimentos segregado por tipo de estratégia; (VI) a previsão de ingresso das contribuições, no mês de, aproximadamente, R\$17 milhões; e, (VII) a necessidade de liquidez para pagamento de benefícios somente a partir de 2035, conforme fluxo atuarial. Para as aplicações, os membros destacaram o cenário macroeconômico. Perspectiva doméstica: (a) perspectiva de retorno real negativo em 2021, para os fundos de renda fixa, ao considerar uma Selic de 9,25% e inflação (IPCA) de 9,33%, Relatório Focus de 05/11/2021; (b) volatilidade no mercado financeiro; (c) risco fiscal no governo federal, que tem trazido volatilidade na curva de juros de longo prazo das NTN-B; e, (d) incerteza quanto ao cenário político para 2022, a alta dos juros e inflação, risco fiscal e incertezas quanto ao Covid-19 que está e poderá trazer ainda mais volatilidade para o mercado de bolsa de valores. Perspectiva internacional: (a) maior resiliência das principais economias do mundo no momento; (b) menor volatilidade ao se comparar com o mercado brasileiro; (c) melhor perspectiva, no momento, de retomada da economia Europeia e Americana ao considerarmos os fortes estímulos fiscais e monetários; (d) valorização do dólar para cenário de estresse do mercado interno e externo; (e) menor pressão inflacionária ao se comparar com o cenário doméstico; e, (f) taxas de juros das principais economias ainda em patamares baixos. Diante das perspectivas acima, a orientação é para a diversificação dos investimentos em outros mercados com o objetivo de diminuir o risco Brasil e, por consequência, a volatilidade da carteira. Além disso, aproveitar as oportunidades com a abertura da curva de juros das NTN-Bs e fazer aquisições de títulos públicos para imunização e diminuição do risco da carteira de investimentos. Dessa forma, com a previsão de entrada de, aproximadamente, R\$ 17 milhões, referente às contribuições do mês de novembro e, aproximadamente, R\$ 13 milhões, referente ao pagamento de cupons da carteira de Títulos Públicos e fundos de Vértice, foi proposto: para o segmento de renda variável, a aplicação de R\$ 15 milhões no fundo “BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FI AÇÕES”, com classificação e limite na Resolução 3.922/2010 diferente dos fundos multimercados; de R\$ 5 milhões no fundo “BRADESCO INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I” e de R\$ 5 milhões no fundo “BB AÇÕES ESG FI AÇÕES BDR NÍVEL I”, que apresentaram melhor relação risco retorno entre 11/11/2020 e 10/11/2021. Com o objetivo de imunizar a carteira de investimento (conforme orientação da Política de Investimento) foi decidido pela alocação de R\$ 5 milhões no fundo “CAIXA DISPONIBILIDADE” (Custódia) para a aquisição de Títulos Públicos. Em síntese, foi deliberada, pelos membros do comitê, a aplicação de, aproximadamente, R\$ 15



milhões no fundo “BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FI AÇÕES”; de R\$ 5 milhões no fundo “BRADESCO INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I”; de R\$ 5 milhões no fundo “BB AÇÕES ESG FI AÇÕES BDR NÍVEL I”; e, de R\$ 5 milhões no fundo “CAIXA DISPONIBILIDADE”. Nada mais a se tratar, o Presidente do Comitê encerrou a reunião.

Rodrigo André de Almeida

Gleison Pereira de Souza

Thiago Augusto de Carvalho Cruz

Yuri Max Barbosa Souto